

PROJETO DE LEI Nº 1.961 DE 1999



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

AUTOR:  
(DO SR. ARNALDO FARIA DE SÁ)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:  
Altera o art. 416 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

DESPACHO:  
28/10/1999 - (À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 24,II).

ENCAMINHAMENTO INICIAL:  
AO ARQUIVO, EM 06/12/99

REGIME DE TRAMITAÇÃO	
ORDINÁRIA	
COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS		
COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 1.961, DE 1999  
(DO SR. ARNALDO FARIA DE SÁ)



Altera o art. 416 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 24,II).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

At 1º - O art. 416 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 416 – passada em julgado a sentença de pronúncia, que especificará todas as circunstâncias qualificativas do crime e somente poderá ser alterada pela verificação superveniente de circunstâncias que modifique a classificação de delito e à vista de fato novo que inocente o réu, o escrivão imediatamente dará vista dos autos ao órgão do Ministério Público, pelo prazo de 5 (cinco) dias, para oferecer o libelo acusatório.”

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



### JUSTIFICATIVA


Com esta proposição, objetiva-se impedir as injustiças que podem ser cometidas contra o réu, após o trânsito em julgado da sentença de pronúncia, quando surgem fatos novos que o inocentam, principalmente quando são apresentadas provas de que outro é o autor do crime.

Nestes casos, não podendo a sentença de pronúncia ser alterada, o réu, mesmo provada sua inocência, será submetido a julgamento perante o tribunal do júri, a fim de que este profira decisão absolutória.

Assim, propomos alteração na legislação processual vigente, a fim de que o Juiz possa alterar a sentença de pronúncia à vista de fato novo no processo.

Contamos com nossos ilustres Pares no sentido da aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1.999.

  
Arnaldo Faria de Sá  
Deputado Federal/SP

28/10/99

Lote: 79 Caixa: 85  
PL N° 1961/1999  
3

PLENÁRIO - RECEBIDO	
Em 23/10/99	às 17:55
Nome	40
Ponto	3861

2342





**DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 03 DE OUTUBRO DE 1941.**

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

LIVRO II  
DOS PROCESSOS EM ESPÉCIE

TÍTULO I  
DO PROCESSO COMUM

CAPÍTULO II  
DO PROCESSO DOS CRIMES DA COMPETÊNCIA DO JÚRI

**Seção I**  
**Da Pronúncia, da Impronúncia e da Absolvição Sumária**

Art. 416. Passada em julgado a sentença de pronúncia, que especificará todas as circunstâncias qualificativas do crime e somente poderá ser alterada pela verificação superveniente de circunstância que modifique a classificação do delito, o escrivão imediatamente dará vista dos autos ao órgão do Ministério Público, pelo prazo de 5 (cinco) dias, para oferecer o libelo acusatório.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

### TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

#### PROJETO DE LEI Nº 1.961/99

Nos termos do art. 119, *caput* e inciso I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Senhor Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões, prazo para recebimento de emendas a partir de 23/06/00, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 30 de junho de 2000

SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA  
Secretário





Câmara dos Deputados

43

## REQ 158/2003

**Autor:** Arnaldo Faria de Sá

**Data da  
Apresentação:** 18/02/2003

**Ementa:** Requer o desarquivamento de proposições.

**Forma de  
Apreciação:**

**Despacho:** DEFIRO, nos termos do art. 105, parágrafo único, do RICD, o desarquivamento dos Projetos de Lei, exceto os de números 3.967/97 e 1.682/99, que já foram desarquivados, restando assim PREJUDICADO o requerimento em relação a eles. DEFIRO, também, o desarquivamento de todos os Projetos de Decreto Legislativo mencionados no requerimento. INDEFIRO o desarquivamento das proposições REQ 35/01; REQ 101/01; REQ 229/02; REQ 230/02; REC 203/01; REC 171/97 e REC 39/99, por se tratarem de proposições acessórias. E INDEFIRO o desarquivamento do REQ 93/01, por versar matéria sujeita à apreciação das Comissões. Oficie-se ao requerente e, após, publique-se.

**Regime de  
tramitação:**

**Em** 14 / 03 / 2003

PL 1961/99

  
JOÃO PAULO CUNHA  
Presidente





Congresso Nacional  
Arnaldo Faria de Sá  
Deputado Federal

# **REQUERIMENTO**

158/03

(Do Senhor ARNALDO FARIA DE SÁ)

**Requer o desarquivamento de proposições.**

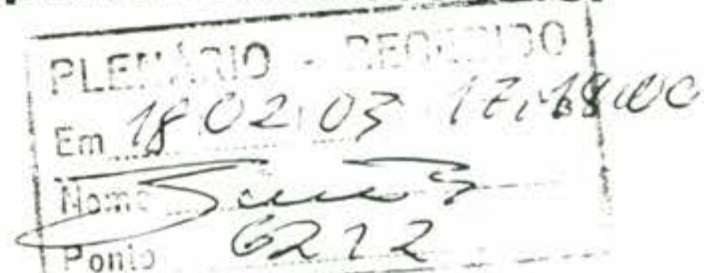
**Senhor Presidente:**

**Nos termos do artigo 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência o desarquivamento das proposições, a seguir relacionadas, que são de minha autoria:**

PL - 00294/1995 ✓	PL - 03900/1997 ✓	PL - 01682/1999 ✓	REQ - 00093/2001 ✓
PL - 00295/1995 ✓	PL - 03967/1997 ✓	PL - 01961/1999 ✓	REQ - 00101/2001 ✓
PL - 00861/1995 ✓	PL - 04186/1998 ✓	PL - 02179/1999 ✓	REQ - 00229/2002 ✓
PL - 01641/1996 ✓	PL - 04491/1998 ✓	PL - 04750/2001 ✓	REQ - 00230/2002 ✓
PL - 02528/1996 ✓	PL - 04660/1988 ✓	PL - 05394/2001 ✓	REC - 00203/2001 ✓
PL - 02529/1996 ✓	PL - 04743/1998 ✓	PL - 07063/2002 ✓	REC - 00171/1997 ✓
PL - 02539/1996 ✓	PL - 04744/1998 ✓	PL - 07064/2002 ✓	REC - 00039/1999 ✓
PL - 02053/1996 ✓	PL - 04745/1998 ✓	PL - 07065/2002 ✓	PDC - 00083/1999 ✓
PL - 02196/1996 ✓	PL - 04746/1998 ✓	PL - 07097/2002 ✓	PDC - 02234/2002 ✓
PL - 02837/1997 ✓	PL - 04774/1998 ✓	PL - 07150/2002 ✓	PDC - 02514/2002 ✓
PL - 03511/1997 ✓	PL - 00318/1999 ✓	PL - 07376/2002 ✓	
PL - 03565/1997 ✓	PL - 00319/1999 ✓	PL - 07377/2002 ✓	
PL - 03587/1997 ✓	PL - 01123/1999 ✓	PL - 07390/2002 ✓	
PL - 03874/1997 ✓	PL - 01681/1999 ✓	REQ - 00035/2001 ✓	

**Sala das Sessões, em 18 fevereiro de 2003**

  
**Arnaldo Faria de Sá**  
**Deputado Federal PTB/SP**



5B38437738





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE

Tendo em vista a vigência da **Lei 11.689**, de 09 de junho de 2008, *que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências*, e da **Lei 11.690**, de 09 de junho de 2008, *que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prova, e dá outras providências*, **declaro**, nos termos do art. 164, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, **a prejudicialidade** dos seguintes Projetos de Lei: 629/95, 369/99, 1961/99, 7128/02, 7130/02, 2701/03, 4021/04, 4877/05, 5815/05, Publique-se.

af a  
4206/01

Em 18 / 06 / 08.

  
**ARLINDO CHINAGLIA**  
Presidente



Documento : LEI106892008 - 1